



## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2025

**PROCESSO: 5284/2024**

O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ**, pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.182.700/0001-03, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora **MARIA MÁRCIA SAMPAIO FONTES**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 057764532, expedida pelo IFP/RJ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 053.449.607-51, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**, inscrita no CNPJ sob o nº. 49.294.183/0001-94, sediada na Estrada do Porto nº 36, bairro Centro, São Pedro da Aldeia – RJ – CEP: 28.941-070, neste ato representada por **CLÁUDIA GUIMARÃES**, portador da Carteira de Identidade nº 06.771.756-1, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 005.062.377-02, acordam em firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Processo Administrativo nº 5284/2024, e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto ofertar programas, projetos, benefícios e serviços no SUS, na Proteção Social Especial de Média Complexidade e Básica, conforme Plano de Trabalho anexo, que prevê como objetivo geral, fornecer legalmente programas, projetos, benefícios e serviços no SUS, na Proteção Social Especial de Média Complexidade e Básica. Assim, o público alvo da APAE de São Pedro da Aldeia, qual seja, as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, integrantes da política do Sistema Único de Saúde, tendo por objetivo garantir e defender os direitos na perspectiva de inclusão social, proporcionando a acessibilidade a todos os serviços na instituição bem como no município e garantir a participação da pessoa com deficiência e de sua família nos processos decisórios de sua vida. Tendo como objetivos específicos, prestar atendimento familiar e ou/ individual aos usuários com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências, realizando encaminhamentos na rede de serviços; realizar grupos com usuário (as) com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências e suas famílias; realizar acompanhamento dos usuários com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências que estão em processo de inserção no mercado de trabalho, através de reuniões, sensibilizações, encaminhamentos e suporte as empresas contratantes e parceiras e realizar ações de informação, comunicação e defesa de direitos relacionados a pessoa com deficiência.

Rua Antônio Benedito Siqueira, Nº 387 – Centro – São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28.941-112.  
Tel.: (22) 2621-3187 E-mail: [admsesau@pmspa.rj.gov.br](mailto:admsesau@pmspa.rj.gov.br)

*Ambrósio*  
*Guimarães*

*P*



1.2. Os partícipes se obrigam a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

1.3. São metas dessa parceria, a ser cumpridas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e acompanhadas pelo monitoramento e avaliação:

Quantitativas:

Meta: Atendimento de habilitação e reabilitação, assim como desenvolver programas, projetos, benefícios e serviços tipificados no SUS.

Etapas/Fase: Oferta de Serviços de Promoção Social Especial de Média e Básica Complexidade às pessoas com deficiência e suas famílias.

Especificação: atendimentos para pessoas com deficiência, educadores sociais, cuidadores/monitores, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e outros.

Qualitativas:

- Ofertar, durante o dia, cuidados pessoais a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência como forma de suplementar o trabalho dos cuidadores familiares;
- Trabalhar com a Defesa e Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, visando apoiar também as famílias dos usuários;
- Estimular, de acordo com as necessidades, o desenvolvimento dos usuários, a aquisição de autonomia e independência nas habilidades básicas;
- Oferecer variadas atividades de convivência comunitária e domiciliar, visando à ampliação das relações sociais a fim de evitar o isolamento social;

## 2. DAS OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações dos partícipes:

2.1.1. Da Administração Pública:

*mpbarts -  
Aqui monitoro*

*me*

*D*



- a) Designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz, por ato público em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;
- b) Fornecer manuais específicos de prestações de contas às Organizações da Sociedade Civil (OSC) por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação as referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o Administrador Público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

#### 2.1.2. Da organização da sociedade civil:

- a) Prestar serviços que estão especificados no Plano de Trabalho, constante do Processo Administrativo nº 5284/2024, aplicando os recursos unicamente para cobrir as despesas essenciais na prestação de serviços na área da saúde, educação e assistência social para pessoas com deficiência;
- b) Manter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

*mp/arts*  
*Espinosa*  
*ma*



- c) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Depositar, manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta corrente específica OFICIAIS (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de investimento;
- f) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da associação/fundação e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- h) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
- i) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos.
- j) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação e contas, em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### 3. DO GESTOR DA PARCERIA

3.1. Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designado o servidor Maria Márcia Sampaio Fontes, Gestor da presente parceria.

*M. Sampaio Fontes*  
*Equimato*

*ms*



SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**SAÚDE**

#### **4. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

4.1. Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 27 de 23 de setembro de 2024, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

#### **5. DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, pelo período de 10 (dez) meses, conforme prazo previsto para a consecução de seu objeto.

#### **6. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

6.1. A administração Pública repassará a OSC o valor de R\$ 430.347,09 (quatrocentos e trinta mil, trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos), dividido em 10 parcelas de igual valor por mês.

6.2. O repasse financeiro das parcelas fica condicionadas a apresentação da prestação de contas pela OSC referente a primeira parcela, e assim sucessivamente com as parcelas subsequentes em consonância com as regras da cláusula nona.

6.3. O valor previsto para repasse é de R\$ 430.347,09 (quatrocentos e trinta mil, trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos), correspondente ao valor total da Emenda Parlamentar Impositiva Individual, correndo as despesas à conta do seguinte projeto/atividade e dotação orçamentária:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 21 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: 3070 – Apoio a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Elemento: 4.4.90.51.99.00

6.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

*mplati*  
*Aguiar*

*MB*

*P*



## 7. DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

7.1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, previsto no Plano de Trabalho.

7.2. O repasse da primeira parcela será efetuado até o 05 dia útil e após a publicação do Termo de Colaboração. As demais parcelas serão mensalmente repassadas no 05 dia útil de cada mês.

7.3. O repasse da segunda parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da prestação de contas da primeira parcela, o da terceira parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da segunda e, assim sucessivamente até a última parcela.

7.4. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, no Banco do Brasil ou Caixa, para o recebimento do recurso previsto neste instrumento, sem outra movimentação.

7.5. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

7.6. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo vedado o saque, com exceção do previsto no parágrafo segundo do artigo 53 da referida lei.

7.7. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.8. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

*mp/ort*  
*Guimarães* *me*  
*A*



7.9. É obrigatória a aplicação dos recursos, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

7.10. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

7.11. A liberação das parcelas ficará retida nos seguintes casos:

I- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV- Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## **8. DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

*Implantado*  
*Aguiar*  
*MS*  
*P*



II- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III- Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V- Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

8.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I- Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II- Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## 9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter documentos e formulários, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da OSC garantindo o cumprimento da Lei 13.019/2014 e Instruções 02/2016 do TCESP, para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo a legalidade e a legitimidade.

*Ambrósio*  
*Cyrimara* 112  
*[Signature]*





9.2. A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas etapas, Prestação de Contas Mensal e Prestação de Contas Final/Anual.

9.2.1. Prestação de Contas Mensal deverá ser apresentada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento da parcela de acordo com a Cláusula Sexta deste Termo de Colaboração, a exemplo, das seguintes informações e documentos:

I- Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos documentos relacionados, e abaixo assinado pelo representante legal da Entidade;

II- Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos e por ordem cronológica do extrato bancário, aplicadas no objeto da parceria.

III- Cópias de notas fiscais eletrônicas, faturas de locação e recibos de cartórios e despesas com utilidade pública, todos com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento, desde que a despesa esteja prevista no Plano de Trabalho;

IV- Cópias de holerites e guias de recolhimentos dos encargos no caso de empregados contratados pelo regime CLT, bem como as respectivas certidões que comprovem a regularidade dos recolhimentos; com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento, desde que a despesa esteja prevista no Plano de Trabalho;

V- Cópias de notas fiscais eletrônica de serviço, no caso de prestador de serviços, bem como o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com identificação do número da parceria, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento;

VI- Extrato de Conta corrente e de Aplicação Financeira, de todo o período da movimentação da conta;

VII- Conciliação Bancária, quando houver;

VIII- Comprovante do depósito de contrapartida na conta Específica da parceria, caso seja previsto no pactuado, bem como guia de receita do ingresso dos recursos estaduais no erário municipal com suas respectivas justificativas;

*Implant  
Guimaraes* <sup>me</sup>  
*P.*



IX- Cópia dos Contratos com o Fornecedor de Material/Equipamento e/ou Prestador de Serviços;

X- Relatório das atividades desenvolvida no período;

XI- Relação dos atendidos no período.

XII- Relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho

9.2.2. Prestação de Contas Final/Anual a exemplo, das seguintes informações e documentos:

I- Ofício de encaminhamento, relativo às prestações de contas;

II- Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração, conforme modelo contido no anexo VIII, conforme Deliberação 277/2017, do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro;

III- Publicação do Balanço Patrimonial da OSC, do exercício encerrado e anterior;

IV- Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pela Administração Pública e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que os valores foram recebidos;

V- Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

VI- Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

VII- Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;

*mpsa*  
*Equipamento*  
*112*



- VIII- Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;
- IX- Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação do profissional responsável por balanços e demonstrações contábeis;
- X- Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- XI- Declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- XII- Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;
- XIII- Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- XIV- Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- XV- Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;
- XVI- Comprovante do recolhimento saldo da conta bancária específica, quando houver;
- XVII- Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

*Implante -  
Guimaraes*



XVIII- As organizações sociais, ficarão sujeitas a apresentação de prestação de contas de competência mensal, a ser protocolada junto à entidade gestora até 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento de cada parcela, de modo a garantir o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação do recurso e 30(trinta) dias para organização da prestação de contas pela OSC, sendo certo que a OSC poderá receber os repasses das parcelas subsequentes, no caso de desembolso mensal sem prestar contas da imediatamente anterior.

9.3. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

9.4. Quando a parceria se encerrar, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

9.5. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.6. A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I- Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

9.7. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I- Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II- Os impactos econômicos ou sociais;
- III- O grau de satisfação do público-alvo;
- IV- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.8. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014 e nas instruções do Manual de Emendas Parlamentares LOA 2024, devendo avaliá-la, pela:

*Amilton  
Cruz*  
*[Signature]* 112



I- REGULAR, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II- REGULAR com RESSALVA, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

III- IRREGULAR, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a. omissão no dever de prestar contas;
- b. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c. danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.9. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.


9.9.1. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

9.9.2. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.10. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

9.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

*Implats -  
Guimarães MB*



## 10. DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO DA PARCERIA

10.1. O Gestor Municipal ou o Representante Legal da OSC ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, poderá propor a alteração do presente Termo de Colaboração ou do plano de trabalho, desde que não haja alteração de seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, com ciência e aprovação do Parlamentar proponente, da seguinte forma:

- I- Por termo aditivo à parceria, para:
  - a. ampliação de até 30% (trinta por cento) do valor global, resguardados limite máximo de valores da Emenda Impositiva Individual Parlamentar;
  - b. redução do valor global, sem limitação de montante;
  
- II- Por Termo de Apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
  - a. utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
  - b. ajustes da execução das metas e etapas da parceria no plano de trabalho; ou
  - c. remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.


10.2. As alterações ou prorrogações somente ocorrerá após, solicitação fundamentada por escrito, posterior encaminhar para elaboração de parecer da equipe técnica com a anuência e autorização do ordenador de despesas.

## 11. DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução da parceria em desacordo com este Termo de Colaboração e/ou com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

- I- Advertência;

*Implantação  
Equipamento* 11/20





II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III- Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11.1.1. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## 12. DAS IRREGULARIDADES

12.1. Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada ao Gestor Municipal, o Ordenador da Despesa que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis, nos seguintes casos:

12.1.1. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

12.2. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

12.3. Quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

*Mplata -  
Equimarae me*



### **13. DOS BENS REMANESCENTES**

13.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

13.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência a outra organização da sociedade civil congênera comprovadamente registrada no respectivo Conselho Municipal de políticas públicas e em pleno funcionamento, na hipótese de sua extinção.

### **14. DA PUBLICIDADE**

14.1. A eficácia do presente termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

### **15. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

15.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I- As comunicações relativas a este termo de Colaboração serão remetidas por e-mail ou correspondência e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II- As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

*Implants*  
*Guimarães* 112





## 16. DO FORO

16.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro de São Pedro d Aldeia – RJ - Comarca de São Pedro da Aldeia - RJ, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São Pedro da Aldeia, 03 de fevereiro de 2025.

*msfontes*  
\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
Secretária Municipal de Saúde  
**MARIA MÁRCIA SAMPAIO FONTES**  
CONTRATANTE

*Cláudia Guimarães*  
\_\_\_\_\_  
**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS DE  
SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
Representada pela Sr.<sup>a</sup>.  
**CLÁUDIA GUIMARÃES**  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

*Mariana Peixoto Pedrosa Borges*  
\_\_\_\_\_  
Mariana Peixoto Pedrosa Borges  
Assessor V  
Adm. Sec. de Saúde  
Matr.: 38297

*Ramom Gago*  
\_\_\_\_\_  
Ramom Gago  
Assessor Especial III  
Adm. Sec. de Saúde  
Matr.: 44814

Rua Antônio Benedito Siqueira, Nº 387 – Centro – São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28.941-112.  
Tel.: (22) 2621-3187 E-mail: [admseu@pmspa.rj.gov.br](mailto:admseu@pmspa.rj.gov.br)